



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA COTIA

FORO DE COTIA

3ª VARA CÍVEL DE COTIA

Rua Topázio, nº 585, Jardim Nomura, Cotia/SP – CEP 06.717-235

Fone: (11) 4506-1239 | e-mail: upi1a3cvfamcotia@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S)

O Dr. Rodrigo Aparecido Bueno de Godoy, M.M. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Cotia, Estado de São Paulo.

FAZ SABER A TODOS QUANTO ESSE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM e INTERESSADOS POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do Novo CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviços da Corregedoria Geral do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que o leiloeiro nomeado, FÁBIO PRANDO FAGUNDES GÓES, matriculado na Jucesp sob n.º 1.099, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1826, Sala 208 – Pinheiros, São Paulo/SP – CEP 01.451-001, através da plataforma eletrônica www.apiceleiloes.com.br, devidamente homologada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

PROCESSO nº 0009198-67.1998.8.26.0152 – CLASSE: Cumprimento de Sentença.

EXEQUENTE: SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE PAULISTANO (CNPJ/MF nº 65.706.012/0001-81). **EXECUTADO:** ESPÓLIO DE CARLOS MIGUEL FERRAZ DE CAMPOS (CPF/MF nº 911.226.348-53); ESPÓLIO DE MARIA DAS DORES SALMEIRÃO DE CAMPOS (CPF/MF nº 911.226.438-53); ALESSANDRA FERRAZ DE CAMPOS (CPF/MF nº 911.226.438-53); ALESSANDRA FERRAZ DE CAMPOS (CPF/MF nº 205.080.678-09); MERE LUCI APARECIDA FERRAZ DE CAMPOS (CPF/MF nº 132.569.060-69); FERNANDO JOVALANGELO FERRAZ DE CAMPOS (CPF/MF nº 334.479.018-88) e MARINA JOVALANGELO FERRAZ DE CAMPOS (CPF/MF nº 014.224.748-01). **INTERESSADOS:** Prefeitura Municipal de Cotia (CNPJ/MF nº 46.523.049/0001-20); **Processos:** Autos nº 0012923-69.2002.8.26.0299; Autos nº 0012912-40.2002.8.26.0299; Autos nº 0012686-

35.2002.8.26.0299; Autos nº 29901200.201290190000000000; Autos nº 0509196-25.2005.8.26.0299; Autos nº 000674082.2002.8.26.0299; Autos nº 0012921-02.2002.8.26.0299; Autos nº 0012674-21.2002.8.26.0299; Autos nº 0004529-10.2001.8.26.0299; Autos nº 0012936-68.2002.8.26.0299 e Autos nº 0012561-67.2002.8.26.0299, todos da 42ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP. **ADVOGADOS:** Rodrigo Augusto Teixeira Pinto OAB/SP 207.346 e Maria Dalva Gonçalves Cordeiro OAB/SP 239.714.

DÉBITOS DA AÇÃO: Os débitos **R\$ 76.408,63** (setenta e seis mil quatrocentos e oito reais e sessenta e três centavos) em janeiro/2023, de acordo com a planilha de cálculo juntada às fls. 313. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

LEILÃO - DATAS: O 1º leilão terá início em **30/10/2026** a partir das 16h00 com encerramento às 16h00 horas em **02/11/2026** com lances a partir do valor de avaliação atualizada. Caso não haja lance no 1º Leilão, seguirá sem interrupção o 2º leilão que se encerrará em **23/11/2026** a partir das 16h00, com lances a partir de **60% (sessenta por cento)** da avaliação atualizada.

No caso de não ser realizado o Leilão nas datas acima designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

DO BEM: "OS DIREITOS QUE OS EXECUTADOS POSSUEM SOBRE UMA CASA E SEU RESPECTIVO TERRENO ASSIM DESCRITOS EM SUA MATRICULA: '01 (UM) TERRENO URBANO DESIGNADO LOTE 12 DA QUADRA "B", O LOTEAMENTO DENOMINADO PARQUE PAULISTANO, SITUADO NESTA COMARCA DE COTIA, Medindo 12,00 metros de frente para a rua Dois, por 30,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente encerrando a área total de 360,00m², confrontando-se mais pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 11, pelo lado esquerdo com o lote 13 e nos fundos com o lote 25'". Imóvel ocupado. Cadastro Municipal nº 23164.23.29.0421.00.000. Matrícula nº 17.570 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. LOCALIZAÇÃO: Rua Cachoeira Paulista, 412, Parque Paulistano, Cotia/SP. **VALOR DE AVALIAÇÃO:** R\$ 673.000,00 (seiscentos e setenta e três

mil), avaliado em novembro/2023. **VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 764.369,69 (setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos), em setembro/2026**, devendo ser atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP. **DEPOSITÁRIO:** Espólio de Carlos Miguel Ferraz de Campos.

ÔNUS: Consta na **Av. 06 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 0012923-69.2002.8.26.0299; **Av. 08 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 0012912-40.2002.8.26.0299; **Av. 10 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 0012686-35.2002.8.26.0299; **Av. 12 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 29901200.201290190000000000; **Av. 15 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 0509196-25.2005.8.26.0299; **Av. 16 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 000674082.2002.8.26.0299; **Av. 17 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 0012921-02.2002.8.26.0299; **Av. 18 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 0012674-21.2002.8.26.0299; **Av. 19 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 0004529-10.2001.8.26.0299; **Av. 20 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 0012936-68.2002.8.26.0299; **Av. 23 INDISPONIBILIDADE** derivada da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Barueri/SP, autos nº 0012561-67.2002.8.26.0299; **Av. 27 PENHORA EXEQUENDA.**

FATOS RELEVANTES: A **PREFEITURA DE COTIA** informou às fls. 519/521, que há débito fiscal no importe de **R\$ 82.235,29 (oitenta e dois mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos), em 07/01/2025**. Não foi possível a consulta a débitos fiscais atualizados, cabendo ao arrematante a responsabilidade de buscá-los junto aos órgãos competentes.

CONDIÇÃO DO(S) BEM(NS): O imóvel será vendido por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do termo de penhora e/ou registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com

relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Constitui ônus do interessado verificar suas condições, quando for possível a visita, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

BAIXA PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e/ou outros ônus que gravam a matrícula, serão todos baixados/cancelados junto RGI local, pelo M.M. Juízo Comitente do leilão, através de expedição de competente mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante e logo que comprovada a notificação dos órgãos e Juízos que expediram tais ônus, que constará nos autos, visto que notificação será procedido pelo Leiloeiro, no prazo estabelecido pelo artigo Art. 889 e seus incisos do Código de Processo Civil.

TRIBUTOS: Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, **exceto** débitos de IPTU, que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

DÉBITOS DE CONDOMÍNIO SOBRE O BEM IMÓVEL: Em caso de execução de bem imóvel promovida pelo condomínio, os débitos condominiais serão abatidos até o limite do valor da arrematação. (art. 1345, do Código Civil c/c art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil).

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI do Código Civil).

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do Código de Processo Civil, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial FÁBIO PRANDO FAGUNDES GÓES - JUCESP nº 1.099.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio www.apicleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado.

PAGAMENTO DO LOTE: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo Leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do Código de Processo Civil).

PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, através de guia de depósito bancário. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 1º, do CPC, a comissão do leiloeiro será a este devida.

CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL: Caso haja acordo, pagamento integral ou adjudicação após a elaboração do edital, será devida a comissão ao leiloeiro oficial na ordem de 1% (um por cento) sobre o valor do acordo, remissão ou adjudicação, a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, desde que devidamente documentadas nos autos, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016 que serão pagos pela parte adquirente. Se o Executado pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826, do Código de Processo Civil, ou celebrar acordo deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

ARREMATÇÃO PELO CRÉDITO: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor,

não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do Código de Processo Civil). Na hipótese de arrematação pelo crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.

PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem em prestações poderá apresentar, por escrito; até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior ao fixado pelo juízo.

A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, a ser corrigido monetariamente com base nos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo, consoante o art. 895 e seguintes, do Código de Processo Civil.

VISITAÇÃO: Desde que autorizada a visitação, a mesma deverá ser agendada com o Leiloeiro através do e-mail contato@apiceleiloes.com.br, ficando autorizado o acompanhamento com oficial de justiça e força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os funcionários do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DESOCUPAÇÃO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente, após o recolhimento das custas pelo arrematante, consoante o art. 903, § 3º, do Código de Processo Civil. **Todas as providencias e custas relacionadas a desocupação do imóvel**

(seja do antigo proprietário ou de eventual inquilino ou de eventual ocupante), serão providenciadas e arcadas exclusivamente pelo arrematante.

SISTEMA - Os interessados em ofertar lances deverão se cadastrar previamente no site do Leiloeiro, aceitar os termos e condições informados e encaminhar cópias dos seguintes documentos: I – Pessoa Física: RG, CPF e comprovante de endereço (certidão de casamento se casado for); II – Pessoa Jurídica: Contrato Social, comprovante de endereço, documentos pessoais do sócio (RG e CPF) ou procuração com firma reconhecida da assinatura, ficando o cadastro sujeito à conferência de identidade em banco de dados oficiais.

LANCES: Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo).

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Serão obtidas através do site www.apiceleiloes.com.br e do telefone (11) 4858-0432.

CIENTIFICAÇÃO e PUBLICAÇÃO DO EDITAL: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações e/ou intimações pessoais de todos os interessados, ficando os INTIMADOS, caso não sejam localizados, sendo que ainda, para fins do que disposto no art. 889, incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam cientes da alienação as partes, seus respectivos cônjuges, interessados descritos acima ou não, não podendo alegar desconhecimento diante da publicidade em rede mundial de computadores. Este edital será publicado no sítio eletrônico www.apiceleiloes.com.br, conforme previsto no art. 887, §2º, do Código de Processo Civil – CPC.

Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei.

Todo o procedimento é regido pelas normas e penas previstas no Código de Processo Civil, Código Penal, Resolução CNJ nº 236/2016, Decreto nº 16.548/1932, Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e demais normas aplicáveis, em especial no que diz respeito à inadimplência, desistência, tentativa de impedir ou atrapalhar o certame e reparação de danos.

Cotia, 25 de setembro de 2026.

Dr. Rodrigo Aparecido Bueno de Godoy

Juiz de Direito